

EDUCAÇÃO UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA: UM PANORAMA DA DÉCADA DE 1990 À ATUALIDADE

Rafael Correia LIMA¹

Especialista em Educação de Jovens e Adultos/IFSP

RESUMO

A presente pesquisa aborda o contexto das IESs (Instituição de Educação Superior) brasileiras na década de 1990 em comparação com a atualidade, numa perspectiva política, legislativa, social e com dados estatísticos, enfatizando: as orientações do Banco Mundial (1994) para os países em desenvolvimento, as legislações brasileiras que norteiam a educação superior e o compromisso com a educação, o conhecimento, a pesquisa e, em especial, a responsabilidade social universitária. Os dados estatísticos contemplam um panorama histórico-social das IES, dos candidatos, das vagas, das ofertas, das regiões brasileiras, das matrículas e dos concluintes da década de 1990 e da atualidade. Esse panorama possibilita entender o que ocorre com a educação superior no Brasil desde a reforma universitária, até o ano de 2016, por meio do Censo da Educação Superior (MEC/INEP, 2017).

Palavras-chave: IES; Educação Universitária; Educação Brasileira.

Introdução

A grande mudança nas políticas universitárias ocorre com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996) que, por seu caráter pouco normativo na educação superior, necessitou de decretos e de outras normas que a complementassem.

Em um período em que o país se encontra ainda em desenvolvimento, no qual aceitam-se orientações do Banco Mundial, dá-se ênfase à educação básica e diversas manobras para a demanda da educação superior são realizadas nas diversas regiões brasileiras, entre a graduação e a pós-graduação, no ensino público e privado, nas modalidades à distância e presencial, falar de IES no contexto social brasileiro é um tanto dificultoso.

¹ Endereço eletrônico: rafaclimarte@gmail.com

A década de 1990 na educação universitária brasileira é marcada pela mercantilização do espaço universitário, ou seja, a educação superior é vista como um produto, não somente como um processo educacional para aprendizagem, mas também uma forma de assessoria para as empresas desenvolverem tecnologias múltiplas (SAVIANI, 2008).

Tradicionalmente no Brasil, a educação universitária tem forte vínculo com a economia e o Estado. Com a reforma neoliberal na década de 1990 é trazida a lógica do setor privado para as políticas universitárias. O fundamento de tal raciocínio é que a iniciativa privada teria melhores condições de avaliar a qualidade enquanto justifica o investimento público.

Com isso, inserem-se na realidade universitária dispositivos quantitativos de avaliação, inclusive para os professores – por produções particulares, por participação em congressos, publicação de artigos científicos, capacitações e formações.

As relações Estado-sociedade e Universidade

Historicamente a educação universitária no Brasil inicia-se com a chegada da Família Real Portuguesa em 1808, que originou “o movimento de criação dos mais diversos instrumentos culturais, inclusive as escolas de ensino superior, que o Brasil não possuía” (CANDIDO, 1999).

Mais recentemente, a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 2018) determina que a educação superior tenha a função de estimular o conhecimento do mundo presente a fim de prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer uma relação de reciprocidade.

De acordo com Ferreira et al (2015), o campo universitário assume um significado maior para o desenvolvimento da ação acadêmica e reflete nos afazeres do meio social, não só incentivando as práticas e a coleta de informações, mas reunindo e criando bens para o progresso da vida humana. Uma vez que se apropria dessas práticas para dar vida aos conhecimentos teóricos presentes no espaço acadêmico, a ação acadêmica não pode ser confundida com mero assistencialismo.

Ainda assim, a responsabilidade social universitária brasileira apropria-se de quatro processos fundamentais: gestão, docência, pesquisa e extensão (BERTO, 2011 *apud* FERREIRA et al, 2015).

Para Santos (2016), a responsabilidade social da universidade iniciou-se com Alexander Von Humboldt e a revolução universitária, que aproximou o sistema universitário da realidade cotidiana com uma responsabilidade social mais intensa, em oposição à ciência aristotélica vigente no continente americano. No contexto da ciência social moderna, de acordo com Hobbes, Locke, Rousseau: "de hecho está siempre presente una tensión entre el principio del mercado, el principio del Estado y el principio de la comunidad" (SANTOS, 2016).

A responsabilidade social, na década de 1990, é parte integrante dos objetivos da reforma universitária que se consolida entre a prestação de serviços e a assistência estudantil (SGUISSARDI, 2009). Nos anos 2000, a ela está atrelada a “extensão política”, que é trazer o conhecimento popular para a universidade, ao invés de levar a universidade para fora, constituindo aquilo que Santos (2016) chama de “extensão ao contrário”.

Por outro lado, a situação política do Brasil, segundo Santos (2016) “es pos neoliberal, en el sentido de que tiene empresas públicas importantes nacionalizadas, como Petrobras, y recursos naturales importantes fuera del mercado internacional”. Nesse sentido, as principais teses que orientaram o Brasil sobre as reformas pontuais da educação superior estão fundadas em especial no diagnóstico neo ou ultraliberal da economia e do Estado (SGUISSARDI, 2009).

Ainda para Santos (2016) “el Brasil necesita cambiar su sociedad por medio de una transformación social con más respeto, dignidad, protección de los territorios, derechos del cuerpo de las mujeres, que también es una reforma de la universidad”.

A década de 1990, o Banco Mundial e suas orientações

As principais características da educação superior brasileira na década de 1990 são:

As restritas dimensões do campo, a diferenciação institucional, a expansão do setor privado e a restrição gradativa do setor público, a desigual distribuição regional, a (má) distribuição por área de conhecimento, a concentração da pós-graduação no setor público e na região Sudeste (em especial em São Paulo), a questão da avaliação (Provão), o modelo universitário predominante (e em franca expansão), isto é, da universidade de ensino em detrimento da universidade de pesquisa (SGUISSARDI, 2009, p. 197).

Desde a década de 1990 a educação superior brasileira adota as concepções tradicionais do Banco Mundial destinadas aos países em desenvolvimento disponíveis no documento *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia* (BANCO MUNDIAL, 1994 *apud* SGUISSARDI, 2009, p. 61-62) que permeia:

Fomentar a maior diferenciação das instituições, incluindo o desenvolvimento de instituições privadas; proporcionar incentivos para que as instituições diversifiquem a fontes de financiamento, por exemplo, a participação dos estudantes nos gastos e a estreita vinculação entre o financiamento fiscal e os resultados; redefinir a função do governo no ensino superior; adotar políticas destinadas a outorgar prioridade aos objetivos da qualidade e da equidade.

Nesse sentido o que temos desde então é um ajuste econômico e fiscal no Brasil, norteado pelas premissas do Banco Mundial, para a reforma da educação superior nos países em desenvolvimento e que caracteriza “os sinais do mercado e o saber como bem privado” (SGUISSARDI, 2009, p. 63).

São orientações do Banco Mundial:

1ª orientação: maior diversificação institucional, com a criação de instituições não universitárias de diversos tipos: colégios politécnicos, institutos profissionais e técnicos de ciclos curtos, além de ensino à distância (SGUISSARDI, 2009, p. 62);

2ª orientação: diversificação das fontes de financiamento das instituições estatais, que defende extinção da gratuidade dos estudos em IES públicas [...] (SGUISSARDI, 2009, p. 62);

3ª orientação: redefinição da função do governo no ensino superior que sugere profundas mudanças na relação do governo com as IES, que deve contar com a maior participação da iniciativa privada (SGUISSARDI, 2009, p. 63).

4ª orientação: prioridade aos objetivos da qualidade e da equidade, que reserva para o governo o credenciamento, a fiscalização e a avaliação das IES, além da

distribuição dos recursos estatais, sob critérios de desempenho (SGUISSARDI, 2009, p. 63).

De acordo com Sguissardi (2009, p.201-206) alguns dos aspectos mais importantes da década de 1990 se destacam:

1. A cobertura do sistema – somente 7% da população de 18 a 24 anos estavam na universidade;
2. A diversidade institucional – universidades, faculdades integradas, faculdades ou instituições isoladas;
3. A privatização do sistema – o Brasil é o 1º no ranking da América latina e o 5º maior do mundo em privatização da educação superior;
4. Distribuição regional – distorções de vagas entre as regiões;
5. Concentração por área de conhecimento;
6. A concentração no ensino noturno (no setor privado) – 57% das matrículas;
7. Concentração regional da pós-graduação – região sudeste;
8. Financiamento das IFES – redução dos recursos do PIB nacional;
9. Autonomia de gestão financeira x autonomia financeira;
10. Exame Nacional de Cursos (Provão) – exame das condições de oferta e o exame nacional dos cursos;
11. Modelo de universidade – predomina-se o modelo de universidade de ensino em detrimento ao modelo de universidade de pesquisa;
12. Legislação educacional – exclusivamente a LDB 9.394/1996 e os decretos 2.207/1997 e 2.306/1997.

Resulta então, segundo Sguissardi (2009), que as reformas pontuais da educação superior brasileira estão fundadas em adaptações dos modelos clássicos de universidade (napoleônico ou humboldtiano) para modelos de ocasião de universidade mundial denominados pelo Banco Mundial.

Dados estatísticos da Educação Superior

De acordo com o Art. 45 da LDB (BRASIL, 2017), a educação superior brasileira é ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência e especialização.

Seguem abaixo alguns dados estatísticos referentes a IES no país, cursos, vagas, ingressantes/matrículas e concluintes comparando a década de 1990 aos dias atuais, segundo o INEP (2017a).

Na Tabela 1 é apresentado um panorama das universidades no ano de 1998, que à época totalizavam 973 IES. Na tabela 2 é apresentado um panorama atual das universidades, no ano de 2016, que totalizam 2.407 IES, indicando um aumento, em duas décadas, de mais de 247% na quantidade de instituições.

Tabela 1 – Instituições da educação superior no país em 1998

IES	INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS	UNIVERSIDADES	FACULDADES INTEGRADAS	CENTROS UNIVERSITÁRIOS	ESTABELECIMENTOS ISOLADOS	Nº	%
973	Federais	39	0	0	18	131	86,5
	Estaduais	30	0	0	44		
	Municipais	8	0	0	70	842	13,5
	Privadas	76	93		595		
	Total	153	93		727	973	

Fonte: Sguissardi (2009)

Tabela 2 – Instituições da educação superior no país em 2016

IES	INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS	UNIVERSIDADES	CENTROS UNIVERSITÁRIOS	FACULDADES	IF e CEFET	
2.407	PÚBLICA	Federal	63		4	40
		Estadual	39	1	83	
		Municipal	6	9	51	
	PRIVADA	89	156	1866		
	TOTAL	197	166	2.004	40	

Fonte: MEC/INEP (2017)

Os cursos, de maneira geral, representam um total de 34.366 no ano de 2016, distribuídos entre as instituições públicas e privadas conforme a Tabela 3, fato ocorrido por causa da variedade de cursos ofertados no Brasil. Essa variedade, por sua vez,

decorre da autonomia universitária que, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, no Art. 207 (BRASIL, 2018), determina que a educação superior tem autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, obedecendo ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, texto dado pela Emenda Constitucional 11 de 1996, que marca os principais objetivos da reforma universitária na década de 1990 para o alcance à sociedade civil.

Tabela 3 – Número de cursos da educação superior

ANO	TOTAL GERAL	INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS		UNIVERSIDADES	CENTROS UNIVERSITÁRIOS	FACULDADES	IF e CEFET
2016	34.366	PÚBLICA	Federal	4.876		18	1.340
			Estadual	3.278	11	285	
			Municipal	312	149	273	
		PRIVADA		7.301	4.784	11.739	
		TOTAL		15.767	4.944	12.315	1.340

Fonte: MEC/INEP (2017)

O quadro de candidatos e vagas tem um forte aumento (de mais de 10 vezes) entre o período comparado de 1998 e 2016, sendo que a maior concorrência é perfeitamente vista na esfera das IES federais, que totaliza 18,38 candidatos por vaga em 1998, conforme a Tabela 4.

Tabela 4 – Candidatos e vagas

ANO	CANDIDATOS / VAGAS	FEDERAIS	ESTADUAIS	MUNICIPAIS	PRIVADAS	TOTAL
1998	VAGAS	90.800	70.600		614.500	775.900
	CANDIDATOS	857.281	629.801		1.371.000	2.858.082
2016	VAGAS NOVAS	333.900	170.485	67.737	7.301.580	7.873.702
	CANDIDATOS	6.137.376	1.777.456	98.686	7.566.315	15.579.833

Fonte: Sguissardi (2009) e MEC/INEP (2017)

Tendo em vista que a relação candidato/vaga situou-se em apenas 1,04 de candidatos por cada nova vaga, constata-se que a expansão da demanda do ensino superior foi atendida pelo setor privado no país

Com o aumento populacional e da demanda da educação superior no país, entre as duas décadas houve um aumento de mais de 14 milhões de ofertas de novas vagas.

Outro critério importante no Brasil é a distribuição geográfica porque na região sudeste encontra-se a maior oferta de vagas, concentrando nas IES públicas 33% da oferta e nas IES privadas 67%, na década de 1990.

Tabela 5 – Distribuição das vagas segundo a natureza pública ou privada das IES e região (números aproximados)

Natureza das IES e regiões	PÚBLICAS		PRIVADAS		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Norte	12.000	7	10.000	1,6	22.000	2,8
Nordeste	50.000	29	40.000	8	90.000	11,7
Sudeste	56.000	33	413.000	67	469.000	61,5
Sul	29.000	17	99.000	16	128.000	16,7
Centro-Oeste	15.000	9	40.000	6	55.000	7,3
Totais	162.000	100	602.000	100	764.000	100

Fonte: Sguissardi (2009) e MEC/INEP (2017)

De acordo com a Tabela 6, é perceptível que, desde o ano de 1998 até 2016, na rede privada de educação superior está concentrada a maior quantidade de alunos matriculados, com um aumento de 13,12%.

Tabela 6 – Alunos matriculados no ensino superior

ANO	PRIVADA		FEDERAL		ESTADUAL		MUNICIPAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1998	1.321.229	62,15%	408.640	19,22%	274.934	12,93%	121.155	5,7%
2016	6.058.623	75,27%	1.249.324	15,52%	623.446	7,75%	117.308	1,46%

Fonte: Sguissardi (2009) e MEC/INEP (2017)

O total de alunos matriculados em 1998 (SGUISSARDI, 2009) foi de 2.125.958 e no ano de 2016 (MEC/INEP, 2017) foi de 8.048.701, um crescimento total de 378%.

De acordo com a Tabela 7, no que tange a modalidade, na atualidade, a região sudeste tem a maior quantidade de matrículas de graduação presencial, sendo que a região sul possui a maior quantidade de graduação à distância.

Tabela 7 – Distribuição das matrículas de graduação por região.

2016	GRADUAÇÃO PRESENCIAL	GRADUAÇÃO À DISTÂNCIA
Norte	143.483	12.474
Nordeste	633.311	73.931
Sudeste	1.498.393	521.920
Sul	524.753	716.183
Centro-Oeste	211.505	169.910
Brasil	3.011.445	1.494.418

Fonte: MEC/INEP (2017)

Na década de 1990, no entanto, a região sudeste encerrou com 61,5% das vagas da educação superior no país (Tabela 5) e permanece com a maior quantidade até hoje (Tabela 7), representando mais de 44% das matrículas totais do país.

Tabela 8 – Alunos matriculados nas IES privadas e públicas

ANO	IES PRIVADAS	IES PÚBLICAS
1998	62,15%	37,85%
2016	75,27%	24,73%

Fonte: Sguissardi (2009) e MEC/INEP (2017)

O que acontece com as matrículas de IES na década de 1990 é um aumento significativo que coloca “o Brasil como um dos países do mundo com mais alto percentual de matrículas no ensino superior privado, isto é, em torno de 60%” (SGUISSARDI, 2009, p.20).

Tabela 9 – Alunos concluintes do ensino superior

ANO	CONCLUINTE S	IES PRIVADAS		IES FEDERAIS		IES ESTADUAIS		IES MUNICIPAIS	
1997	274.395	168.303	61,34%	51.429	18,74%	38.731	14,12%	15.932	5,8%

2016	1.169.449	922.574	78,89%	146.367	12,52%	81.279	6,95%	19.229	1,64%
------	-----------	---------	--------	---------	--------	--------	-------	--------	-------

Fonte: Sguissardi (2009) e MEC/INEP (2017)

Os concluintes da educação superior nas duas décadas comparados, 1998 e 2016, aumentaram mais de 426%.

Considerações

Em consonância com as orientações do Banco Mundial (1994) a educação superior investe menos no ensino superior e mais em educação básica, porque tem melhor retorno de investimento nos países em desenvolvimento, como o Brasil, de acordo com o Modelo de Pinochet, Chile.

Conclui-se que há uma diferença entre as universidades de ensino *versus* universidades de pesquisa - o Banco Mundial defende implicitamente que ocorre déficit público como consequência de uma universidade de ensino que custa mais caro (SGUISSARDI, 2009), conseqüentemente, observa-se o fator político de que a universidade de pesquisa cria conhecimentos e pensamentos políticos também.

O ensino superior no Brasil tem características de um bem privado, ou seja, trata-se de uma educação mercantilista pois, no processo de competitividade, a oferta limitada, em linhas gerais, diz não ser para todos, ou seja, há exclusibilidade, pois nem todos podem pagar, e a recusa, que não é requerido, porque não tem intenção de cursar.

Considera-se que

[...] a partir do início da década de 1990, pela situação internacional que trouxe à tona uma onda neoconservadora guiada pela primazia do mercado sob o comando do grande capital financeiro. Nessas condições, não é difícil entender os constantes apelos para um maior estreitamento dos vínculos entre educação e mercado, a valorização da iniciativa privada com a conseqüente ênfase na adoção de mecanismos empresariais na gestão do ensino, assim como as pressões sobre a pós-graduação guiadas pela exigência de produtividade (SAVIANI, 2008, p.311).

O que também deixa claro estatisticamente é o aumento exponencial na rede privada de ensino superior pela privatização do campo, que podemos dizer que é o eixo problemático da década de 1990 e segue até a atualidade.

Legalmente, marcos presentes na legislação brasileira, em especial a LDB (BRASIL, 2017), “[...] balizaram a expansão restrita do setor público e a desenfreada expansão do setor privado no nível de graduação” (SGUISSARDI, 2009, p.197).

Com a reforma da educação universitária de 1990, a privatização penetra fortemente na educação, com características de uma educação eficiente, eficaz e avaliada, obtendo uma gestão de qualidade.

Uma característica proeminente do ensino superior brasileiro é o período noturno que, de acordo com a LDB (BRASIL, 2017, p.34) no Art. 47, § 4º: as instituições de educação superior oferecerão, no período noturno, cursos de graduação nos mesmos padrões de qualidade mantidos no período diurno, sendo obrigatória a oferta noturna nas instituições públicas, que caracteriza um aspecto brasileiro da educação superior, oferecer cursos e hoje com predominância no período noturno.

Estatisticamente, o campo da pós-graduação, compreende um número muito elevado de cursos ofertados, com suas variadas ofertas de especialização *lato sensu*, possui incontáveis áreas de conhecimentos e de cursos de acordo com o Art. 53 da LDB (BRASIL, 2017, p.35) e que torna o Brasil pioneiro nesse nível de ensino.

Referências

BANCO MUNDIAL. **La Enseñanza superior:** las lecciones derivadas de la experiencia (El Desarrollo en la práctica). Washington, D.C.: BIRD/Banco Mundial, 1994.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto promulgado em 5 de outubro de 1988 [...]. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 24 set. 2018.

BRASIL. **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional:** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. 14. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/19339>. Acesso em: 25 set. 2018.

CANDIDO, Antonio. **Iniciação à Literatura Brasileira:** Resumo para principiantes. 3. ed. São Paulo: Humanitas, 1999.

FERREIRA, Ana Lúcia Santos *et al.* Responsabilidade social na universidade hoje: caminhando com a comunidade. **Revista Científica Estudos e Investigações**, v. 4, n. 1, p.77-81, 2015. Disponível em: <http://revista.unibe.edu.py/index.php/rcei/article/view/124>. Acesso em: 08 ago. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **MEC e Inep divulgam dados do Censo da Educação Superior 2016**. [S. l]: INEP, 2017a. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mec-e-inep-divulgam-dados-do-censo-da-educacao-superior-2016/21206. Acesso em: 25 set. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2016**. Brasília: INEP, 2017b. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 27 set. 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Hay que empezar de nuevo: Entrevista con Boaventura de Sousa Santos. Entrevista cedida a] Diego León Pérez e Gabriel Delacoste. La Diaria, [s. l], 11 maio 2016. Disponível em: <http://ladiaria.com.uy/articulo/2016/5/hay-que-empezar-de-nuevo>. Acesso em 19 set. 2018.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. Cadernos Cedes, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, 2008. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/publicacoes/edicao/254>. Acesso em: 15 set. 2019.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade brasileira no Século XXI: Desafios do presente**. São Paulo: Cortez, 2009.

**BRAZILIAN UNIVERSITY EDUCATION:
AN OVERVIEW FROM THE 1990S TO THE CURRENT**

ABSTRACT

The research deals with the context of the Brazilian Higher Education Institution in the 90s in comparison to the present, from a political, legislative, social and statistical perspective. Emphasizing the guidelines of the World Bank for developing countries and the Brazilian legislations that guide higher education. Commitment to education, knowledge and research, in particular, university social responsibility. The statistical data includes a social-historical outlook of higher education institutions, candidates, vacancies, offers, Brazilian regions, enrollments and graduates of the 90s and current events, where it is possible to understand what happens with higher education in the Brazil since the university reform, until the year 2016 through the Census of Higher Education. The objective of the research is to make a comparison between the statistical data from the 90s to the present. The results are presented in tables with statistical data from official documentary sources and literature. Undoubtedly, the conclusions have to achieve of little participation and government investments in higher education, a large expansion of the private sector that contrasts with the public sector, absences of research in the grades, significant discrepancies in the various regions of the country.

Keywords: IES; University Education; Brazilian Education.

Envio: outubro/2018
Aceito para publicação: julho/2019

REGRASP (ISSN 2526-1045), v. 4, n. 3, set. 2019